

## Liberdade e coerção: a autonomia moral é ensinável?\*

[Freedom and coercion: can moral autonomy be taught?]

Robinson dos Santos

UFPel, Pelotas

*A educação, portanto, é o maior e o mais árduo problema que pode ser proposto aos homens. (Immanuel Kant)*

### 1. Posição do problema

Para Kant, como se sabe, o ser humano é o único que, por meio de sua liberdade e de sua capacidade racional, pode subtrair-se ao puro mecanicismo ou determinismo da natureza e ser o formador de seu próprio caráter. No homem, como ser racional-sensível, o arbítrio pode ser influenciado pela sensibilidade (*arbitrium sensitivum*), mas não é um arbítrio simplesmente animal (*arbitrium brutum*), isto é, patologicamente necessitado, conforme a definição de Kant já na primeira crítica. Ele é um *arbitrium liberum* “porque a sensibilidade não torna necessária sua ação e o homem possui a capacidade de determinar-se por si, independentemente da coação dos impulsos sensíveis” (KrV, III 363)<sup>1</sup>.

Na *Antropologia* ao se referir ao *caráter da espécie* Kant aponta para a dificuldade de se estabelecer o caráter da espécie humana. Na falta

---

\* Este texto é uma reformulação de minha apresentação no Simpósio Internacional de Ética e Meta-ética: Lei moral, reino dos fins e sumo bem no mundo, da UFSM. Agradeço aos colegas Christian Hamm e Flávia Carvalho Chagas pelos valiosos comentários e sugestões que me foram feitos naquela ocasião e também posteriormente. Email para contato: dossantosrobinson@gmail.com

<sup>1</sup> Todas as citações de Kant seguirão aqui a disposição da *Akademie-Ausgabe*. A citação segue as abreviaturas comuns das obras de Kant, seguida do número em romano, indicando o volume correspondente da edição da Academia em que se encontra a obra, seguido do número da página do mesmo. As abreviações estão dispostas da seguinte maneira: ApH=*Anthropologie im pragmatischen Hinsicht*; Aufkl.=*Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?*; GMS=*Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*; Idee=*Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht*; KrV=*Kritik der reinen Vernunft*; KpV=*Kritik der praktischen Vernunft*; Logik=*Logik*; MS, RL=*Metaphysik der Sitten, Rechtslehre*; MS, TL=*Metaphysik der Sitten, Tugendlehre*; Nach.=*Nachricht von der Einrichtung seiner Vorlesungen in dem Winterhalbjahre von 1765-1766*; Rel.=*Die Religion innerhalb der Grenzen der bloßen Vernunft*; ÜP=*Über Pädagogik*; VM=*Vorlesungen zur Moralphilosophie*.

de um *tertium comparationis* não é possível indicar pela experiência o que a torna distinta perante outra espécie, justamente pelo fato de não termos acesso a esta por esta via. Por isso, ele entende que não resta outra opção do que “afirmar que ele tem um caráter que ele mesmo cria para si enquanto é capaz de se aperfeiçoar segundo os fins que ele mesmo assume” (ApH, VII 321). Enquanto animal meramente dotado de racionalidade (*animal rationabile*), ele tem condições de fazer de si mesmo um animal racional (*animal rationale*), isto é, fazer de si mesmo um ser livre, muito embora possa não necessariamente vir a fazê-lo. Nesse processo, assim prossegue Kant, “ele, primeiro, *conserva* a si mesmo e a sua espécie; segundo, a exercita, instrui e *educa* para a sociedade doméstica; terceiro, *a governa* como um todo sistemático (ordenado segundo princípios da razão) próprio para a sociedade” (Id., Ibid. 322)

Notadamente já na passagem acima citada está contida, de certo modo, a concepção do homem como ser que se desenvolve sem uma pré-determinação no sentido forte do termo. É certamente condicionado por sua constituição natural, mas do ponto de vista de certas faculdades é um ser cujo desenvolvimento não é passível de previsão por meio de cálculos ou via experimentação. Por essa razão é que ele se refere a esta tarefa, nas preleções de Pedagogia com a seguinte definição: “A espécie humana é obrigada a extrair de si mesma pouco a pouco, com suas próprias forças, todas as qualidades naturais, que pertencem à humanidade” (ÚP, IX 441). Este processo de auto-realização inclui notadamente o desenvolvimento moral do homem.

Aqui já aparece de modo emblemático o problema que será explorado neste ensaio, a saber, o da *destinação do homem*, enquanto tema fundamental da filosofia kantiana<sup>2</sup>. Extrair tudo de si mesmo, quer dizer o mesmo que *cultivar-se*, *civilizar-se* e *moralizar-se* e, portanto, pode-se dizer que temos aí o sentido mais profundo e complexo do que o conceito de autonomia pode expressar. E o programa no qual se insere o projeto kantiano – o *Aufklärung* – visa a emancipação ou maioridade (*Mündigkeit*) do ser humano como autonomia, porém não apenas entendida como auto-legislação moral ou autonomia no agir, mas também como autonomia no uso da própria faculdade racional, isto é, autonomia como maioridade intelectual, enquanto pensar por si mesmo<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Sobre este tema Reinhard Brandt, estudioso da filosofia de Kant e conhecedor como poucos da sua *Antropologia* oferece argumentos que nos parecem razoáveis para sustentar esta ideia. Cf. BRANDT (1999, 2007a e 2007b).

<sup>3</sup> Neste sentido, as palavras iniciais de Kant na “Resposta à pergunta: o que é o Esclarecimento?” ilustram muito bem o que procuramos apontar aqui: “O Esclarecimento é a saída do homem da sua menoridade autocolpada. A menoridade é incapacidade de se servir do entendimento sem a orienta-

A colocação dos termos enquanto verbos reflexivos (cultivar-se, civilizar-se e moralizar-se) indica que a tarefa cabe tanto à espécie humana como também é papel do próprio indivíduo. Esclarecimento – no sentido de pensar por si mesmo – e autonomia moral – ser o legislador da própria conduta – são, deste modo, palavras-chave quando se trata da definição do homem em Kant.

É preciso esclarecer, no entanto, desde o princípio de qual ponto de vista estamos considerando o homem aqui, para justificar tais ideias. Esta perspectiva de auto-desenvolvimento e de auto-realização por meio do aperfeiçoamento das suas capacidades e disposições naturais pode sugerir uma falsa ideia, qual seja, a de que Kant nos apresenta meramente uma psicologia moral ou uma antropologia empírica como base ou como critério para considerar o aperfeiçoamento moral do ser humano.

Precisamente neste ponto as coisas podem ser mal-entendidas, conforme a leitura que fizemos da relação entre moral e antropologia em Kant.

Dito de outro modo, a partir da perspectiva da crença kantiana no progresso e no aperfeiçoamento moral do gênero humano, parece que obtemos a noção de uma “aposta” no gradual melhoramento qualitativo do agir humano. Precisamente este aspecto tomado isoladamente encorajaria a defesa da tese de que *a autonomia moral* seria fruto do desenvolvimento natural do ser humano e que, portanto, *é ensinável*.

Esta visão pode ser, todavia, contestada com argumentos extraídos do mesmo Kant, pois choca-se justamente contra o que ele procurou sustentar no seu tratamento do tema da moral. A autonomia moral, para ser estabelecida como princípio válido *a priori*, em sua necessidade e universalidade, prescinde da antropologia. Além desta distinção, é fundamental termos clareza de quando se está falando da *autonomia como princípio supremo da moralidade* (princípio da autonomia moral) e da *autonomia* entendida no contexto do *desenvolvimento da personalidade moral*, isto é, interpretada desde a psicologia moral e *como aplicação daquele princípio por meio do cultivo das virtudes*.

Temos então, por outro lado, uma antítese que sugere claramente o contrário, ou seja, pode-se muito bem sustentar que, para Kant, *a autonomia moral* não é obtida por meio de qualquer tipo de aprendizado e, portanto, *não é algo ensinável*.

---

ção de outros. Tal menoridade é *autoculpada* se a sua causa não reside na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem em se servir de si mesmo sem a orientação de outros.” (Aufkl., VIII 35)

Ora, temos que admitir, de certo modo, que a auto-determinação moral está na mais própria e intransferível responsabilidade do indivíduo e pode ser apenas concebida sob o pressuposto da liberdade. Não obstante, um comportamento moral é algo que é adquirido apenas por meio do aprendizado, o que por sua vez implica no uso da coerção.

Neste sentido, *afirmar* que a autonomia moral é ensinável, significa defender uma posição de que a autonomia é *produzida* ou *causada* desde o exterior do sujeito, o que é insustentável para Kant e incompatível com todo os argumentos apresentados por ele, sobretudo nos escritos sistemáticos relacionados à *fundamentação* da moral, como a *GMS* e a *KpV*.

Por outro lado, *negar* que a autonomia moral seja passível de ser ensinada significa defender indiretamente que ela pode até valer como princípio, mas pode significar que talvez ele seja inaplicável ou, até mesmo, inacessível ao homem. Ainda implicitamente contida nesta posição estaria a ideia de que a autonomia moral poderia ser fruto do desenvolvimento natural do indivíduo, o que valeria defender que nos tornaríamos seres morais por natureza, o que para Kant decididamente é um absurdo.

Diante de tais problemas, todo o discurso sobre educação moral ou educar para autonomia parece marcado por uma enorme contradição: afirmando-se sua ensinabilidade empobrecemos e violentamos seu mais sagrado princípio; mantendo-se a inviolabilidade do princípio, parece que o tornamos inacessível ou inalcançável para o homem real.

A partir destas considerações gostaríamos de argumentar em favor de que este paradoxo é apenas aparente e, de modo semelhante à terceira antinomia da *KrV*, passível de solução, nos termos de Kant. Para isso é necessário destacar como o conceito de autonomia moral, que é elementar na fundamentação da ética de Kant, prescinde da antropologia, mas como em seguida, para sua aplicação no homem sensível requer que se considere o homem na perspectiva de um ser que aprende a moralidade, no sentido de que, por meio da instrução, da cultura e da sociabilidade, pode qualificar sempre mais o seu agir na medida em que eleva suas máximas a uma conformidade com as leis da sua própria razão legisladora.

Nesta direção, isto é, enquanto *aprendiz*, o indivíduo é submetido a um processo inevitável de coerção, uma vez que, não tem ainda a capacidade de pensar e agir por conta própria. O quanto este processo carrega de ambivalência e o quanto é problemático em suas sutilezas, considerado como “mal necessário” (ou seja, o quanto ele é mais “de-

formador” do que formador, mais “destrutivo” do que construtivo para o homem), não posso analisar aqui<sup>4</sup>.

O fato é que sem a coerção, tanto aquela exercida pelo direito, quanto aquela posta em prática pela educação, o exercício da liberdade fica comprometido. Sem este conceito aliás, nem as preleções de Kant sobre pedagogia, nem sua ideia de educação moral do homem podem ser adequadamente compreendidas. É neste sentido que parece haver uma tensão ou aparente contradição entre liberdade como autonomia e a necessidade de coerção. Ora, coerção é exatamente o oposto da liberdade e, todavia, parece ser, por outro lado, uma condição indispensável para ela. É necessário esclarecermos a relação destes conceitos para compreendermos se e em que sentido a autonomia moral pode ser ensinada.

### **1. *Homo noumenon* e autonomia como princípio: observações sobre o significado de autonomia moral na *GMS***

Na sua caracterização sobre os imperativos, em particular, quando argumenta na *Segunda Seção* da *GMS* Kant aponta para a incompatibilidade entre *interesse* e *validade incondicional*, como base para legitimidade de um princípio. Ele explicita ali porque o princípio de toda a vontade humana poderia ser muito bem um imperativo categórico enfatizando que este “precisamente por causa da ideia da legislação universal, *não se baseia em qualquer interesse* e, portanto, entre todos os imperativos possíveis é o único que pode ser *incondicional*” (*GMS*, IV 432). O imperativo categórico, se é possível que ele exista – Kant ainda não o provou aí –, teria tal característica precisamente por fundar-se numa vontade livre, isto é, numa vontade que pode “ter a si mesma (...) como universalmente legislante”. Resumindo: para valer incondicionalmente este princípio “não pode ter qualquer interesse como fundamento” (*GMS*, IV 432).

Neste contexto argumentativo, fazendo referência aos esforços empreendidos por seus antecessores na busca e fundamentação de um princípio supremo para a moralidade, Kant alude às dificuldades daqueles e aponta para a causa do fracasso de suas empreitadas:

Via-se o homem ligado a leis por seu dever, mas não passava pela cabeça de ninguém que ele estaria submetido *apenas à sua legislação própria*, embora *universal*, e que ele só estaria obrigado a agir em

---

<sup>4</sup> Para este aspecto já existe célebre ensaio de Rousseau, redigido em 1749 e premiado em 1750 pela Academia de Dijon, acerca da questão de se o progresso nas ciências e nas artes contribuem para a melhoria dos costumes. Uma interpretação contemporânea deste tema em Kant oferece uma discussão deste aspecto. Cf. SOMMER, 1988.

conformidade com sua vontade própria, mas legislando universalmente, segundo o «seu» fim natural. Pois, se ele era pensado tão-somente como submetido a uma lei (qualquer que seja), então esta tinha de trazer consigo um interesse qualquer como atrativo ou coerção, porque ela não se originava como lei da *sua* vontade, mas esta era, sim, necessitada em conformidade com a lei por *alguma outra coisa* a agir de certa maneira. Em virtude, porém, dessa inferência absolutamente necessária, todo o trabalho para encontrar um fundamento supremo do dever estava irremediavelmente perdido. (GMS, IV 432-433).

Levando em consideração estes aspectos e outros argumentos arrolados nesta seção, Kant estabelece que vai chamar esse princípio – isto é, aquele que não tem qualquer interesse como fundamento – de *princípio da autonomia*, o qual se opõe a quaisquer outros, que para Kant são compreendidos sob a rubrica da *heteronomia*. Neste sentido, “A *moralidade*, portanto, é a relação das ações com a autonomia da vontade”. (GMS, IV 434) E, mais adiante, reitera ele: “A *autonomia*, portanto, é o fundamento da dignidade da natureza humana e de toda natureza racional” (GMS, IV 436).

Em passagem posterior, o conceito de autonomia é novamente explicitado da seguinte forma: “A autonomia da vontade é a qualidade da vontade pela qual ela é uma lei para si mesma (independentemente de toda qualidade dos objetos do querer”. (GMS, IV 440) Caso a vontade encontre a lei em qualquer outra fonte que não em si mesma “o resultado será sempre a heteronomia” (GMS, IV 441).

É com base neste princípio – o princípio da autonomia – bem como nos conceitos correlatos, isto é, liberdade da vontade ou vontade livre (vontade legisladora), reino dos fins, dignidade, humanidade, que toda a filosofia moral kantiana será concebida e desenvolvida<sup>5</sup> em suas diferentes etapas e desdobramentos. Temos, portanto, neste conceito o pilar de sustentação da fundamentação da filosofia moral kantiana.

Kant é enfático ao criticar e rejeitar todas as demais posições que buscam ancorar o princípio supremo da moral seja no “céu” ou mesmo na “terra”<sup>6</sup>. É na razão humana, enquanto esta é capaz de ser prática, isto é, capaz de determinar a vontade que ele nos mostra o significado fundamental de uma ética da autonomia, válida para todo o ser racional em

---

<sup>5</sup> [Mesmo assim sabemos persistem grandes controvérsias a respeito do êxito de suas teses na *GMS* e de uma possível nova tentativa na *KpV*, questões sem dúvida muito importantes, mas que não serão objeto da discussão feita aqui].

<sup>6</sup> Esta alusão é feita por ele quanto se reporta criticamente aos defensores da moral amparada na Teologia e aos que procuram ancorar os princípios na antropologia empírica, vale dizer, na natureza humana.

geral e também para os seres racionais-sensíveis como no caso do homem.

Fica claro que nem a felicidade, nenhum princípio extraído da experiência, por meio de exemplos e nenhuma “verdade” sustentada pela teologia valem como critério para estabelecer a validade incondicional do princípio, pois todos estes nada mais oferecem do que heteronomia.

Digna de nota é, ainda, a distinção que Kant realiza entre uma vontade absolutamente boa e uma vontade não absolutamente boa (final na segunda seção), assim como a diferença entre os seres racionais e os demais objetos da natureza (início da segunda seção).

Uma vontade moralmente perfeita ou absolutamente boa é aquela “cujas máximas se põem necessariamente de acordo com as leis da autonomia” (GMS, IV 439), isto é, esta é uma vontade santa. Falar de dever para uma vontade santa é sem sentido, na medida em que seu querer é sempre idêntico à lei. Uma vontade não absolutamente boa, como é o caso dos seres racionais sensíveis, isto é, o caso dos seres humanos, vê-se em uma relação de dependência ou de submissão ao princípio da autonomia (*necessitação moral*). É por isso que a lei se apresenta a este como uma obrigação e se impõe como dever.

A segunda distinção é aquela entre seres racionais e seres da natureza. “Toda coisa da natureza”, assim diz Kant, “atua [wirkt] segundo leis. Só um ser racional tem a faculdade de agir *segundo a representação de leis*, isto é, segundo princípios, ou uma *vontade*”. (GMS, IV 412). Enquanto *fenômeno* (ser sensível), ele está limitado pela causalidade da natureza e a ela submetido. Mas como ser racional, ao mesmo tempo, ele também é caracterizado pela liberdade da *vontade* e com isso pode *pensar-se* como membro do mundo inteligível.

Já na *KrV* ele chamava atenção para este ponto quando afirmava que “por um lado, ele mesmo [o homem] é, sem dúvida um fenômeno, mas, por outro lado, do ponto de vista de certas faculdades, também é um objeto meramente inteligível, porque sua ação não pode de maneira nenhuma atribuir-se à receptividade da sensibilidade.” (KrV, III 371).

Por isso, *enquanto inteligência* (portanto, não do lado de suas forças inferiores) um ser racional tem de se ver não como pertencendo ao mundo sensível, mas ao mundo inteligível; por conseguinte ele tem dois pontos de vista a partir dos quais pode se considerar e vir a conhecer leis do uso de suas forças, conseqüentemente de todas as suas ações: *primeiro*, na medida em que pertence ao mundo sensível sob leis da natureza, *segundo* enquanto pertencente ao mundo inteligível,

sob leis que, independentes da natureza, sejam, não empíricas, mas fundadas na razão apenas. (GMS, IV 452)

Do que se expôs brevemente até aqui fica claro que se há um problema relativo à autonomia moral do ser humano, este não está localizado no campo da fundamentação de sua possibilidade, enquanto princípio, mas talvez muito mais no que concerne à sua *aplicação*, campos devidamente tratados em separado por Kant, por razões metodológicas e sistemáticas.

A autonomia moral, assim como os conceitos correlatos como dever e obrigação, como Kant deixa claro, não valem para vontades santas e nem para as coisas da natureza ou até mesmo para os animais. Este conceito se aplica apenas aos seres racionais sensíveis (seres humanos).

Se tivéssemos pois que dar uma resposta à pergunta sobre a ensinabilidade da autonomia neste âmbito ela seria claramente negativa. Autonomia moral é uma qualidade da vontade e só pode ser pensada na medida em que a razão atua como uma espécie de causa determinante das ações. É a razão sendo prática por ela mesma, prescindindo de qualquer outro tipo de mola propulsora.

Portanto, neste contexto específico, a pergunta sobre a ensinabilidade da autonomia moral está *fora de lugar* e se tivéssemos que responder, a resposta seria “não”. A autonomia moral não é ensinável, pois é constitutiva do *homo noumenon* e não um acréscimo feito a ele. Nesta perspectiva a ideia de educação moral é um conceito vazio. A partir disso temos que fazer a passagem (*Übergang*) da moral para a antropologia e é aqui que emerge a paradoxalidade do problema.

## **2. *Homo phaenomenon*: sobre a necessidade da coerção**

Por meio desta distinção do homem, já mencionada anteriormente, com relação a tudo o mais que se encontra sob o primado da causalidade natural e também de tudo o que possa se situar para além da esfera do que é cognoscível, como uma vontade santa, por exemplo, o homem passa a ser o *destinatário* (enquanto *homo phaenomenon*) e, ao mesmo tempo, como já vimos o *portador* da moralidade (*homo noumenon*), mesmo que ele, enquanto indivíduo, jamais possa realizá-la por completo<sup>7</sup>. Isso, todavia, em nada diminui ou macula a validade da lei moral. Kant deixa claro que a perfeição moral só pode ser pensada no conjunto da espécie humana.

---

<sup>7</sup> Importante conferir esta definição no escrito *Idee* especialmente na segunda proposição. O desenvolvimento pleno das *disposições naturais* só pode ser levado a termo na espécie e não no indivíduo.

Cabe ao homem como *destinatário* do aperfeiçoamento moral o papel de realizar “tentativas”, “exercícios” em vista de uma “aprendizagem, para avançar de modo gradual de um estágio do conhecimento para o outro”, conforme a segunda proposição no opúsculo *Idee* de 1784 (Idee, VIII 18). Neste contexto pode-se fazer referência à autonomia moral *enquanto* desenvolvimento da personalidade, enquanto processo de auto-constituição do homem. A autonomia moral é compreendida assim sob a perspectiva da aplicação do princípio ou ainda como realização (*Verwirklichung*) do que há de mais valioso para Kant como *telos* ou *destinação* do homem. Incluem-se como condições imprescindíveis para esta emancipação o exercício da sua razão, da faculdade de julgar e a prática da virtude, entre outros requisitos.

Esse destaque à posição *sui generis* do homem é reiterado na *Antropologia*, destaque este que aponta, ao mesmo tempo para sua *destinação* [Bestimmung]:

O fato de que o homem possa ter uma representação de si, coloca-o infinitamente acima de todos os demais seres que vivem sobre a terra. Através disso o homem é uma pessoa e graças à unidade da consciência, em meio a todas as transformações que possam lhe afetar, é uma e mesma pessoa, isto é, por sua posição e dignidade, um ser totalmente distinto dos animais irracionais que, do mesmo modo que coisas, se pode dispor ou usar. (ApH, VII 127)

Neste contexto é importante salientar que o termo *Bestimmung* merece uma atenção especial. Conforme Blaß (1978, p. 28) falar em *Bestimmung des Menschen* em Kant significa novamente uma dupla consideração a ser feita:

O termo *Bestimmung* tem um duplo significado. De um lado, ele pode significar tanto quanto determinabilidade/determinação [*Bestimmtheit*], determinação como *isso*, ser determinado como isto ou aquilo que é, e ele se deixa muito acertadamente expressar através da palavra latina *determinatio*. Por outro lado *Bestimmung* pode ter o sentido de *determinação para*, isto é o sentido de determinação final e ele é, igualmente de modo correto, caracterizado por meio da palavra latina *destinatio*. No caso de *determinatio* *Bestimmung* tem o significado de um termo (lógico) ontológico; no caso de *destinatio* *Bestimmung* tem o significado de um termo (teleológico) ético.

Por essa razão é importante atentar para as diversas distinções antropológicas de Kant, isto é, para quando se refere à determinação essencial do ser humano [*Wesensbestimmung*] e para quando se refere à determinação final ou destinação do ser humano [*Zweckbestimmung*].

O homem está destinado através de sua razão, a estar numa sociedade com outros homens, e nela por meio das artes e das ciências, a cultivar-se, civilizar-se e a moralizar-se, por maior que seja sua propensão animal a entregar-se passivamente aos estímulos da comodidade e da vida boa, a qual ele chama de felicidade, e a fazer-se ativamente, em luta com os obstáculos advindos da sua rude natureza, digno de humanidade. (ApH, VII 325)

Ora, é partir desta referência que as suas ideias sobre a educação moral do homem e, portanto, de uma possível *realização da lei moral no mundo*, por meio do aperfeiçoamento moral e, conseqüentemente, por meio da formação do caráter, devem ser compreendidas. É preciso, no entanto, compreender o que significa aqui “realização da moral”. Não se trata de pensar este conceito como se fosse possível visualizar, constatar e verificar empiricamente a moral ou a própria autonomia moral acontecendo numa ação por respeito a lei moral. Isso equivaleria a afirmar que é possível “explicar” e, portanto, *conhecer* a liberdade, o que para Kant é um absurdo. O termo “realizar a moral” poderia ser pensado aqui, como estabelecer sua validade e tomá-la como “*principium diudicationis*”. Para pensarmos e exercitarmos o aperfeiçoamento moral do homem é preciso um princípio absolutamente necessário e válido, o que Kant já ofereceu na GMS, o que também assinalamos aqui como a autonomia moral como princípio. O passo a ser dado agora é como este princípio pode se tornar um “*principium executionis*” para as ações.

Por meio desta compreensão do ser humano enquanto *phaenomenon*, o conceito de coerção nas suas diversas formas adquire importância fundamental. Na medida em que o homem é caracterizado por uma “sociabilidade-insociável”, ele precisa limitar sua própria liberdade para que a liberdade de todos seja possível segundo uma lei universal. Esta noção é apresentada por Kant na sexta proposição das *Idee*. O homem é “um animal que, quando vive entre os seus semelhantes *precisa de um senhor*”, isto é, precisa ser governado. Este senhor deve “quebrar a sua própria vontade” e “forçá-lo a obedecer uma vontade universalmente válida” (*Idee*, VIII 23). Aqui a coerção exercida pelo direito, por meio do governo e das leis, não visa outra coisa que favorecer a coexistência das liberdades.

Ao lado desta coerção exercida pelo direito e pelas leis da sociedade, é necessária ainda outra forma de legislação externa para o homem sensível. Esta é parte fundamental do próprio processo de educação do homem. Aqui aparece o conceito de disciplina. Não é a toa que Kant afirma que são as duas coisas mais difíceis que podem ser propostas aos seres humanos: a arte de governar e a arte de educar.

A coerção na educação acontece por meio da disciplina, na fase mais prematura do ser humano e é uma preparação para a vida em sociedade. Em *Über Pädagogik* assim estabelece Kant:

A disciplina é o que impede ao homem de desviar-se do seu *destino*, de desviar-se da humanidade, através das suas inclinações animais”. Ela é, porém, apenas negativa. Nada acrescenta a ele. Isso é dado pela instrução. “A disciplina submete o homem às leis da humanidade e começa a fazê-lo sentir a força *das próprias* leis. (ÜP, IX 442)

Se a disciplina visa apenas domar os instintos, isto é impedir a selvageria, a cultura visando a instrução e aprimoramento das faculdades de conhecer e julgar acrescenta-lhe um conteúdo cognitivo e visa o auto-esclarecimento. A civilização visa formar o cidadão para que ele tome parte ativa na vida da sociedade em que está inserido. A moralização diz respeito ao caráter, e tem como foco o homem considerado não meramente como animal, mas já como pessoa.

Como o próprio Kant faz questão de deixar claro, a educação moral não pode permanecer baseada unicamente sobre a disciplina, mas deve assentar sobre máximas. No princípio são as máximas da escola (heteronomia), o que supõe certamente o aprendizado e a internalização de certas regras, essenciais para a convivência humana e mais tarde serão as máximas do próprio indivíduo esclarecido que devem prevalecer (autonomia).

Especificamente no caso da formação moral a influência externa é condição necessária para tal, embora não seja condição suficiente. A coerção externa, exercida no processo formativo, só terá valor se estiver baseada em certos princípios e se o seu fim é converter-se gradativamente em uma auto-coerção segundo o princípio da autonomia.

A *Introdução à doutrina da virtude* apresenta já uma definição do conceito de dever como contendo o conceito de coerção ou constrangimento. Novamente, este conceito não se aplica a seres santos, mas apenas aos seres que por sua constituição imperfeita podem transgredir a lei moral. Este é o caso dos seres racionais sensíveis. O constrangimento ou coerção que o dever contém só pode ser compreendido como auto-constrangimento ou auto-coerção, na medida em que somente a representação da lei moral é o que motiva o agente.

Ali a virtude é caracterizada por Kant como “(...) a força moral da vontade de um *ser humano* no cumprir seu dever, um *constrangimento* moral através de sua própria razão legisladora, na medida em que esta constitui ela mesma uma autoridade executando a lei” (MS TL, VI 405, grifos do autor).

O duplo ponto de vista (sensível-inteligível) a partir do qual o homem deve ser considerado nos ajuda a compreender como a coerção se converte em auto-coerção. Enquanto membro do mundo inteligível o homem é legislador universal mas, na medida em que participa do mundo dos fenômenos, será visto sempre numa relação de obrigação para com aquelas leis que dá a si mesmo. O “eu devo” – enquanto ser sensível, como define Kant, corresponde ao necessário “eu quero” enquanto ser inteligível.

Ter uma vontade perfeita ou santa não é algo factível para os seres finitos. Entretanto a disposição moral perfeita e “enquanto um ideal da santidade”, como afirma Kant, constitui “o arquétipo ao qual devemos nos esforçar para nos aproximar e, ao qual, num progresso ininterrupto mas infinito devemos procurar nos assemelhar” (KpV, V 83).

A partir desta perspectiva pode-se muito bem admitir a necessidade e legitimidade de que a autonomia moral precisa ser aprendida pelo ser sensível. É no fundo um exercício de sua própria liberdade, de conhecer a si mesmo e explorar suas próprias capacidades e possibilidades. Deste modo a resposta à pergunta se a autonomia moral é ensinável pode ser “sim”, porém, sempre e apenas na perspectiva do *homo phaenomenon*.

#### **4. A autonomia moral pode ser ensinada?**

A questão posta no início deste trabalho, como vimos, pode ser respondida simultaneamente com um “não”, mas também com um “sim”. Ora, poderia se levantar a dúvida sobre se isso não significa assumir uma contradição em Kant.

Procuramos mostrar que é uma contradição apenas aparente. Na medida em que se analisa o significado de autonomia moral, chega-se ao princípio apresentado por Kant e, por meio dele, à dupla perspectiva que o homem pode ser considerado. Esta dupla perspectiva, que não é uma ontologia ingenuamente duplicada é chave para a compreensão e solução do problema da *ensinabilidade* da autonomia moral. Vimos o quanto é importante distinguir o plano ou a perspectiva desde a qual estamos falando, quando o tema é este da autonomia moral e sua ensinabilidade. Só é possível responder positivamente desde a perspectiva da antropologia prática ou, se assim preferirmos, desde a perspectiva do desenvolvimento psicológico-moral do homem. Desde a perspectiva da fundamentação da moral, isto é, desde que se considere a autonomia como princípio supremo da moralidade, não é possível afirmar sua ensinabilidade sem cometer equívocos e fazer confusão dos planos (fundamentação e aplicação).

Aliás, o próprio Kant nos instrui sobre isso de modo inequívoco numa observação (nota de rodapé) na primeira parte do escrito da religião. Embora o termo empregado ali não seja “autonomia moral” e sim “virtude”, é clara sua posição sobre a possibilidade de se poder ou não ensinar a moral. Isso é exposto no contexto de análise da questão sobre se *o homem é (por natureza) ou moralmente bom ou moralmente mau*. Ali diz Kant:

Os antigos filósofos morais que quase esgotaram tudo o que se pode dizer não deixaram sem tocar as duas questões acima mencionadas. A primeira expressaram-na assim: deve a virtude ensinar-se (portanto, será o homem por natureza indiferente à virtude e ao vício)? A segunda era: haverá mais de uma virtude (por conseguinte, acontecerá porventura que o homem seja virtuoso numas partes e vicioso noutras)? Ambas foram por eles negadas com precisão rigorística, e com razão; pois consideravam a virtude *em si* na ideia da razão (como deve ser o homem). Mas quando se quer julgar moralmente este ser moral, o homem, no fenômeno, isto é, como no-lo deixa conhecer a experiência, então pode responder-se afirmativamente às duas perguntas aduzidas. Com efeito, o homem não é então julgado pela balança da razão (diante de um tribunal divino), mas segundo um critério empírico (por um juiz humano). (Rel., VI 24)

Para lembrar o caráter paradoxal da questão vale retomar aqui, também a formulação de Leonard Nelson (1882-1927), estudioso de Kant e discípulo de Jakob Friedrich Fries, – a parte suas discordâncias com o primeiro no campo da teoria do conhecimento e da ética –. Ele expôs e analisou exemplarmente este problema em suas *Vorlesungen über die Grundlage der Ethik* (1949). O paradoxo consiste, para ele, em que a educação moral somente é possível por meio da ação/atuação do formador e seu respectivo *efeito* na formação da personalidade ou caráter do jovem. Por outro lado, seu objetivo é propiciar ao indivíduo a realização progressiva de sua liberdade.

Portanto, formar para a autonomia moral implica, segundo Nelson, “em influenciar o educando com o objetivo de que ele se determine de modo independente de toda a influência [...] Mas como se pode, por meio da influência externa, destinar alguém a não se deixar determinar por nenhuma influência externa? (NELSON, 349)

Se do ponto de vista inteligível a autonomia é propriedade da causalidade de todos os seres racionais, incluindo-se aí o homem, então a autonomia *não pode e não necessita ser aprendida*. Se, porém, tomarmos a peculiar constituição do homem, racional, mas ao mesmo tempo sensível perceberemos a autonomia moral só pode ser resultado de um auto-aperfeiçoamento que, por sua vez, é antecedido, até certo ponto, por

um aperfeiçoamento forçado, isto é, por um processo de construção da personalidade (moral) realizado por meio de outros. Mas como disso nunca teremos total conhecimento no mundo dos fenômenos (pois seria o mesmo que dizer que é possível demonstrar a liberdade!) não resta outra coisa que a legalidade ou ilegalidade da ação (conformidade ou não com a lei).

Deste modo, o que para está “dado” para o homem como ser inteligível (a autonomia da vontade), ainda precisa ser conquistado e realizado enquanto ser sensível. Para isso podemos lançar mão de alguns recursos, como a educação e o direito (a arte de educar e a arte de governar). A primeira especialmente será vista como um processo sempre inacabado ou que pode ser aperfeiçoado a cada geração, ao longo da história. Ela deve preparar o homem virtuoso, o cidadão culturalmente instruído afim de que ele possa ser o condutor de sua própria vida.

Neste contexto, a virtude, entendida como uma força moral, deve ser adquirida mediante exercício, tal como o exercício físico fortalece a condição corporal. Não obstante a rudeza, a fragilidade e, portanto, a finitude do homem sensível, ele não pode esquivar-se de sua *destinação*, isto é, ser capaz de autodeterminação moral e capaz de pensar por conta própria. Ainda que Kant possa ter razão, também, quando em algum momento, diz que de uma madeira tão retorcida quanto é o homem nada que seja reto pode ser fabricado, ele não está sugerindo um fatalismo, nem qualquer tipo de antropologia pessimista

Como sempre, o que Kant tem em mente é a ascensão progressiva do homem ao seu grau mais elevado, a saber, a auto-determinação pela pura representação da lei.

Pode-se também muito bem dizer que: o homem está obrigado à virtude (como uma força moral). Pois ainda que, graças à liberdade, possa e deva ser em absoluto pressuposta a faculdade (*facultas*) de superar todos os impulsos sensíveis que a isso se opõem, esta faculdade é, no entanto, enquanto força (*robur*) algo que tem que adquirir-se, elevando o móbil moral (a representação da lei) mediante a contemplação (*contemplatione*) da dignidade da lei racional em nós, mas também, ao mesmo tempo, por meio do exercício (*exercitio*). (MS TL, VI 397)

Neste sentido parece ser procedente a afirmação de Gerhard Funke (1979, p.131), quando diz que a moralização e a moralidade não são um *Faktum*, como a lei é para a razão, mas *no homem sensível* um *Faciendum*. Esta perspectiva de modo algum contradiz o projeto de Kant. Ao contrário ela aponta para uma perspectiva em que o homem

precisa *tornar-se* o seu próprio legislador. É fundamental, portanto, situarmos a perspectiva desde a qual se considera o tema.

### Referências

- BRANDT, Reinhard. “Die Bestimmung des Menschen als Zentrum der Kantischen Philosophie”. In: J. Stolzenberg, *Kant in der Gegenwart*. Berlin: Walter de Gruyter, 2007a.
- \_\_\_\_\_. *Die Bestimmung des Menschen bei Kant*. Hamburg, 2007b.
- \_\_\_\_\_. *Kritischer Kommentar zu Kants Anthropologie in pragmatischer Hinsicht: (1798)*. Kant-Forschungen, Bd. 10. Hamburg, 1999.
- EISLER, Rudolf. *Kant-Lexikon*. Hildesheim, 2002.
- ESSER, Andrea M. *Eine Ethik für Endliche: Kants Tugendlehre in der Gegenwart*. Stuttgart, 2004.
- FUNKE, Gerhard. *Von der Aktualität Kants*. Bonn: Bouvier Verlag, 1979.
- HINSKE, Norbert. *Kant als Herausforderung an die Gegenwart*. Freiburg, 1980.
- HUTTER, Axel; KERTHEININGER, Markus. *Bildung als Mittel und Selbstzweck. Korrektive Erinnerung wider die Verengung des Bildungsbegriffs*. Freiburg: Karl Alber Verlag, 2009.
- KANT, Immanuel. *Kants gesammelte Schriften*. Hrsg. von der Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften, Berlin, 1902. bzw. von der Deutschen Akademie der Wissenschaften. Berlin: Walter de Gruyter, 1902 ss. (29 vols.).
- \_\_\_\_\_. *Vorlesung zur Moralphilosophie*. Hrsg. von Werner Stark. Berlin: De Gruyter, 2004.
- NELSON, Leonard. *Vorlesungen über die Grundlage der Ethik: 2. Band: System der philosophischen Ethik und Pädagogik*. 2. Auf. Göttingen/ Hamburg: Verlag „Öffentliches Leben“ Gmbh.
- SANTOS, Robinson dos. *Moralität und Erziehung bei Kant*. Kassel University Press, 2007.
- SANTOS, Robinson dos; MENEZES, Edmilson. *Esclarecimento e educação moral em Kant*. (Manuscrito) Pelotas/Aracaju: 2009.
- SOMMER, Manfred. *Identität im Übergang: Kant*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1988.
- WOOD, Allen. *Kant*. Trad. de Delamar José Volpato Dutra. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- \_\_\_\_\_. “Was ist kantische Ethik?” In: H. U. Baumgarten; C. Held (Hrsg.). *Systematische Ethik mit Kant*. München, 2001.

**Resumo:** O problema da “ensinabilidade” da autonomia moral aparece quando se tenta compreender e conceber a autonomia conectada com a dimensão sensível do homem, uma vez que este não age espontaneamente, tampouco imediatamente por respeito a lei moral. A sensibilidade constitui-se, conforme o próprio Kant define, como um obstáculo ao cumprimento do dever. Deste modo é preciso considerar quais as possibilidades que se apresentam para a aplicação ou realização (*Verwirklichung*) da lei moral no homem sensível. Temos as referências de Kant a este problema especialmente na *Antropologia*, na *Doutrina da Virtude* e na suas *Preleções de Pedagogia*. Contudo, o discurso de educar para a autonomia moral ou para a moralidade, como ele é presente no pensamento antropológico e pedagógico de Kant, precisa ser reconsiderado e analisado criticamente, na medida em que se apresenta como uma espécie de antinomia: a autonomia moral exclui qualquer causalidade externa ou alheia à vontade e, por outro lado, o comportamento moral é algo que é efetivamente aprendido e implica na necessidade da formação.

**Palavras-chave:** liberdade, coerção, autonomia moral, antropologia, Kant

**Abstract:** The problem whether moral autonomy can be taught appears when one tries to understand and conceive it in connection with the sensitive dimension of man, given that he acts neither spontaneously nor immediately for respect of the duty. Thus we need to consider that are the possibilities available for the application or realization (*Verwirklichung*) of the moral law in sensitive human beings. We have Kant’s references to this problem, especially in his *Anthropology*, the *Doctrine of Virtue*, and in his *Pedagogical Lectures*. However, talk of educating for moral autonomy, as it is presented in Kant’s anthropological and pedagogical thinking, needs to be reconsidered and analyzed critically, since it presents itself as a kind of antinomy: moral autonomy rules out any causality that is external or foreign to the will. On the other hand, moral behavior is effectively learned and entails the need for moral formation.

**Keywords:** freedom, coercion, moral autonomy, anthropology, Kant